




PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA E A INVENÇÃO DO “KIT GAY”
SCHOOL PROJECT WITHOUT HOMOPHOBIA AND THE INVENTION OF
THE “KIT GAY”
PROYECTO ESCUELA SIN HOMOFOBIA Y LA INVENCIÓN DEL “KIT GAY”

Larissa Priscila Bredow Hilgemberg¹

Ana Paula Andrade²

 10.21665/2318-3888.v11n21p80-104

RESUMO

A proposta deste estudo é compreender o projeto Escola sem Homofobia, sua alcunha “kit gay” e as possíveis heranças à sociedade e educação brasileira tendo como ponto de partida a análise foucaultiana. A partir da diálogo com Foucault, a pesquisa pretende delinear quatro questões relacionadas à invenção do “kit gay”: a primeira é a criação de uma verdade em função das relações de poder para apoiar uma demanda política e social, aliada ao conservadorismo; a segunda, se refere às estratégias de marginalização de sujeitos que não seguem as regras heteronormativas; a terceira é a invenção de um pseudoconceito para barrar a entrada oficial de um tema incômodo – a sexualidade – nas escolas, auxiliando uma estrutura disciplinar historicamente constituída; a quarta questão é o silenciamento não apenas dos sujeitos, mas dos conteúdos e temáticas, transformando o Escola sem Homofobia em “kit gay”.

Palavras-chave: Masculinidades. Homossexualidade. Espaço Escolar.

¹ Centro Universitário Internacional. E-mail: larissa.h@uninter.com.

² Universidade Estadual de Minas Gerais. E-mail: ana.andrade@uemg.br.

ABSTRACT

The purpose of this study is to understand the “Escola sem Homofobia” project, its nickname “kit gay” and the possible legacies to Brazilian society and education, taking Foucauldian analysis as a starting point. Based on the dialogue with Foucault, the research intends to outline four questions related to the invention of the “kit gay”: the first is the creation of a truth based on power relations to support a political and social demand, allied to conservatism; the second refers to the marginalization strategies of subjects who do not follow heteronormative rules; the third is the invention of a pseudo-concept to bar the official entry of an uncomfortable topic – sexuality – into schools, helping a historically constituted disciplinary structure; the fourth issue is the silencing not only of the subjects, but of the contents and themes, transforming the School without Homophobia into a “kit gay”.

Keywords: Diversity. Basic Education. Escola Sem Homofobia, Foucault. Public Policy.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es comprender el proyecto “Escola sem Homofobia”, su apodo “kit gay” y los posibles legados para la sociedad y la educación brasileñas, tomando como punto de partida el análisis foucaultiano. A partir del diálogo con Foucault, la investigación pretende esbozar cuatro cuestiones relacionadas con la invención del “kit gay”: la primera es la creación de una verdad a partir de relaciones de poder para sustentar una reivindicación política y social, aliada al conservadurismo; el segundo se refiere a las estrategias de marginación de sujetos que no siguen reglas heteronormativas; el tercero es la invención de un pseudoconcepto para impedir el ingreso oficial de un tema incómodo –la sexualidad– en las escuelas, ayudando a una estructura disciplinaria históricamente constituida; el cuarto tema es el silenciamiento no sólo de sujetos, sino de los contenidos y temáticas, transformando la Escuela sin Homofobia en un “kit gay”.

Palabras clave: Diversidad; Educación Básica. Escola sem Homofobia. Foucault. Políticas Públicas.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo terceiro, no capítulo IV, afirma que um dos objetivos fundamentais da república brasileira é a promoção do bem integral, sem discriminação ou qualquer tipo de preconceito (BRASIL, 1988). Entretanto, desde antes da promulgação da Constituição de 1988 e também depois, temos no Brasil, de forma geral, uma sociedade segregadora, que discrimina e exclui minorias, sejam elas por sua origem, identidade de gênero, sua raça ou credo.

No campo da diversidade sexual e de gênero, a contradição entre a lei e a prática se traduz em sofrimento e violência contra a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outros (LGBTQIAP+). Por conta disto, no início dos anos 2000, criou-se o Programa Brasil

sem Homofobia, com objetivo de promover cidadania e combater a violência e a discriminação contra LGBTQIAP+.

Compreendendo que a escola se mostra como um espaço importante de diálogo e reflexão acerca das relações humanas e de formação da cidadania, em 2008 há a criação de um projeto derivado do Brasil sem Homofobia, o Escola sem Homofobia, que se somaria a outros esforços, incluindo o Brasil sem Homofobia, no enfrentamento à homofobia e respeito às diversidades.

Porém, grupos sociais e políticos negavam (e seguem em negativa) que a escola seja um espaço de educação sexual e de gênero, bem como, recusaram que essa temática deveria ser desenvolvida com jovens e crianças, sob a alegação que este é um assunto para a família e que deve ser desenvolvido a partir de questões religiosas e morais. Logo, o projeto Escola sem Homofobia é vetado e seu conceito inicial é transformado em outra concepção, ou seja, no pseudoconceito “kit gay”.

O presente artigo pretende compreender a invenção do “kit gay” a partir do apagamento do projeto Escola sem Homofobia, de forma a refletir sobre diferentes aspectos envolvidos nesta invenção.

A metodologia utilizada se baseia em pesquisa exploratória de cunho bibliográfico e de análise do discurso foucaultiana. A partir do diálogo com Foucault, busca-se delinear quatro questões relacionadas à invenção do “kit gay”, que são: a criação de uma verdade para apoiar demandas políticas e sociais, aliadas ao conservadorismo; a marginalização de sujeitos que não seguem regras heteronormativas; a invenção de um pseudoconceito para barrar a entrada oficial de um tema incômodo – a sexualidade – nas escolas; e o silenciamento não apenas dos sujeitos, mas dos conteúdos e temáticas.

Este trabalho se caracteriza como uma primeira etapa de pesquisa para compreender os conceitos e diálogos para, num segundo momento, relacioná-los aos documentos e materiais analisados.

1. A criação do kit gay e algumas possíveis heranças

O projeto “Escola sem Homofobia” foi idealizado a partir do projeto macro denominado “Brasil sem Homofobia”, que tem como meta o combate à violência, discriminação e desigualdades contra a comunidade LGBTQIAP+. Assim, o “Escola sem Homofobia” era composto por um kit com um caderno explicativo, seis boletins, três audiovisuais com guias, um cartaz e uma carta de apresentação e foi lançado em meados dos anos 2000 (BRASIL, 2008).

O projeto foi idealizado e implementado em conjunto pela *Global Alliance for LGBT Educattion* (GALE), a ONG *Reprolatina*, Ecos (Comunicação em Sexualidade) e *Pathfinder* do Brasil e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) acompanhados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2008; BERGAMASCHI, 2018).

O projeto, assim, tencionou a busca por “desocultar a ordem que coloca a heterossexualidade como natural, normal e única possibilidade de os sujeitos viverem suas sexualidades, por meio de dinâmicas de trabalho [...] que favoreçam a reflexão e incentivem mudanças” (BRASIL, 2008, p.12), foi um exemplo de êxito no trabalho entre Estado e sociedade civil e levou em consideração pesquisas, entrevistas e vasto arcabouço teórico para alcançar o material finalizado (BERGAMASCHI, 2018; CASADO, 2020).

O Escola sem Homofobia tinha como objetivo trazer luz à compreensão acerca do conceito de gênero e diversidade sexual, bem como desenvolver respeito em relação às diferenças e transformar imagens estereotipadas acerca da comunidade LGBTQIAP+, de forma a trazer conhecimentos e fomentar senso crítico de educadores e educandos acerca do tema, aliando-se ao Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2008; FALEIROS, 2016).

Porém, o projeto “Escola sem Homofobia”, bem como seu kit que deveria ser distribuído nas escolas brasileiras, foi duramente reprimido e encontrou resistência de parlamentares ligados a grupos conservadores e fundamentalistas que justificavam que o

projeto era uma apologia ao “homossexualismo”³ e a perversões sexuais como a pedofilia (BERGAMASCHI, 2018). Assim, “a pressão desses grupos vai na direção do silenciamento, possivelmente supondo que se não se tocar nessas questões elas não ‘entrarão’ na escola”. (LOURO, 1997, p.129).

Entre os principais opositores do projeto estavam os deputados Jair Messias Bolsonaro e Marco Antonio Feliciano. De acordo com Bergamaschi (2018, p.87): “suas declarações e suas militâncias tiveram considerável impacto em como o poder público tratou a questão da discriminação contra LGBTs”. É o deputado Jair Messias Bolsonaro que apelida o Projeto Escola sem Homofobia, também conhecido como kit anti-homofobia, de “kit gay”, em sessão ordinária na Câmara dos Deputados, no qual apresentou receio pelo material e se expressou de forma homofóbica e preconceituosa (CASADO, 2020).

Gava (2019) indica que a pressão contra o material estava criada não mais apenas no campo político, mas também social, pressão esta encabeçada por grupos religiosos. Todo este movimento contra os estudos de gênero e diversidade na educação conduziram uma parcela da sociedade a um pânico moral, no qual se questionava a ideia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos:

Neste cenário, a Educação é entendida, por setores conservadores e progressistas da sociedade brasileira, como uma arena importante para disputas que coloca em cena de um lado discursos e retóricas conservadoras baseados em preceitos morais e religiosos que ignoram os marcos legais brasileiros e do outro, falas em que a instituição escolar é parte de uma estrutura de concretização de um projeto de país que tem como referência valores como a laicidade e ideias democráticos. (GAVA, 2019, p.1).

O projeto Escola sem Homofobia recebe uma mácula em torno de si e a partir da pressão de grupos políticos, religiosos e sociais, a presidenta Dilma Rousseff veta o material, que ainda não havia sido distribuído nas escolas, julgando-o impróprio (BERGAMASCHI,

³ O termo homossexualismo denota uma doença mental, como foi considerado até 1990. Porém em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade de rol de doenças mentais e ajustou o termo de homossexualismo para homossexualidade, considerando que não é uma doença, mas uma orientação sexual, conforme apresenta a Organização das Nações Unidas – ONU. Assim, a utilização deste termo se apresenta de forma nociva.

2018). Apesar do material nunca ter chegado às escolas, o apelido infeliz “kit gay” já havia ganhado a boca das pessoas (MARACCI, 2019).

Mas, a oposição aos estudos de gênero e diversidade na escola não se restringiu ao veto do Projeto Escola Sem Homofobia. Após o veto outros eventos demonstram a força da organização do grupo conservador.

Os textos base do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 receberam alterações estratégicas, com a supressão de palavras como gênero e diversidade sexual e qualquer sinônimo que remetesse aos conceitos, num processo de homogeneização da identidade de gênero e de heteronormatização (MONTEIRO, 2017).

Outras interferências na educação pelo campo político continuaram a ocorrer. No ano de 2015, o pastor Marco Feliciano, um dos personagens da invenção do “kit gay”, propôs o projeto de lei de número 3235/2015, indicando alteração na lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposta indicava que acrescentasse um artigo à lei:

Art. 234-A Veicular a autoridade competente, em atos normativos oficiais, em diretrizes, planos e projetos governamentais, termos e expressões como ‘orientação sexual’, ‘identidade de gênero’, ‘discriminação de gênero’, ‘questões de gênero’ e assemelhados, bem como autorizar a publicação dessas expressões em documentos e materiais didático-pedagógicos, com o intuito de disseminar, fomentar, induzir ou incutir a ideologia de gênero. Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa. (BRASIL, 2015, p.1).

O projeto de lei (BRASIL, 2021) foi recebido pela Comissão de defesa dos direitos da mulher em setembro de 2016 e tanto arquivado quanto desarquivado no ano de 2019. No ano de 2021 o PL 3235/2015 foi adicionado a outros dois projetos de lei, do mesmo teor.

Os projetos de lei encontram-se em tramitação e não são casos isolados. Ao longo dos últimos anos, inúmeros projetos de lei foram elaborados com o intuito de proibir o ensino da “ideologia de gênero”. Projetos municipais, estaduais e federais, que criminalizam a

suposta “ideologia de gênero”, que alteram leis já postas ou que propõem novas leis (MONTEIRO, 2017; GAVA, 2019).

De acordo com Maia (2019), o termo Gênero indica uma relação de poder e não somente um papel social de um corpo biológico. Ainda, para Gava (2019) citando Scott (1995), gênero é um elemento que constitui as relações sociais e se funda nas diferenças entre os sexos.

O termo “ideologia de gênero” foi forjado entre uma parcela conservadora da sociedade, principalmente ligada a setores cristãos. Sua estruturação é identificada em parte da igreja católica a partir da década de 1990, como uma resposta às discussões acerca de gênero ocorridas nas conferências da Nações Unidas. Entre os argumentos daqueles que são contra a “ideologia de gênero” encontramos questões religiosas, questões morais e a defesa que “este tipo de discussão” deve ser exclusiva da família (CASTRO, 2017; MONTEIRO, 2017; GAVA, 2019).

Gava (2019) indica alguns exemplos apresentados pela igreja católica contra o que chamam de “ideologia de gênero” como o livro *Léxicon: termo ambíguos e discutíveis sobre a vida em família e questões éticas* de 2003 e a Carta aos Bispos da Igreja sobre Colaboração de Homens e das Mulheres na Igreja e no Mundo de 2004, ambos os textos questionam os estudos de gênero e suas premissas, se opondo ao feminismo e à homossexualidade.

De acordo Miskolci e Campana (2017), a refutação à “ideologia de gênero” se apresenta como resistência aos avanços frente a direitos sexuais e reprodutivos e não é uma luta pontual nem apenas brasileira, pelo contrário, por toda a América Latina encontramos grupos que combatem aquilo que chamam de ideologia.

Não há, entretanto, nenhum dado, base ou referência que certifique a existência da chamada ideologia de gênero (Furlani, 2016; Junqueira, 2018). Em contrapartida,

[...] é oportuno reiterar que, no vasto e consolidado campo dos estudos de gênero e afins, há teorias (no plural) que contemplam diferentes disciplinas, matrizes teóricas e políticas, nas quais gênero é um disputado conceito (e não uma teoria e muito menos uma ideologia) com múltiplas acepções e implicações críticas e políticas. (JUNQUEIRA, 2018, p.486).

O “kit gay” também serviu de pauta para o palanque partidário nas eleições presidenciais de 2018. Casado (2020) lembra que o tema foi arduamente utilizado por Bolsonaro enquanto candidato e teve um papel importante em sua eleição como presidente da República Federativa do Brasil, uma vez que houve todo um engajamento de lideranças religiosas, principalmente as evangélicas em prol do candidato e contra o candidato que foi apelidado de “pai do kit gay”, Fernando Haddad.

Neste sentido, a candidatura do ex-presidente Bolsonaro se deu também no campo ideológico. Arruda (2020) reflete que tais disputas ideológicas utilizadas em espaços como as escolas sinalizam uma disputa estratégica complexa que visa reproduzir e legitimar crenças e ideologias e se opor a outras também no processo de subjetivação dos estudantes, o que pode colocar em risco a própria função da escola e da democracia.

Desta forma, a criação de um “kit gay” e de uma “ideologia de gênero” andam lado a lado, uma vez que “tudo indica que os empreendedores morais contra a ‘ideologia de gênero’ são grupos de interesse conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas” (MISKOLCI E CAMPANA, 2017, p. 743).

Nota-se que o veto do projeto Escola sem Homofobia fortaleceu o poder de “barganha política das lideranças religiosas cristãs na nova administração presidencial” (CASADO, 2020, p.11), bem como deu fôlego à parcela da sociedade que se diz a favor da “família, igreja e Estado” e que se opõe, senão rechaça, qualquer identidade ou posição que se mostre contra a norma e padrão heteronormativo.

2. A invenção do “kit gay” e quatro questões a serem observadas

Tratar sobre estudos de gênero e diversidade na escola ou propor um projeto como o Escola sem Homofobia, se torna, para aqueles adeptos ao discurso da “ideologia de gênero”, algo perigoso e fora das normas morais. Para estes a escola deve propor conteúdos e currículos neutros e acríticos e não deve ser papel da escola a educação moral e sexual dos estudantes, mas, sim, somente da família ou da igreja. Desta forma, desenvolvem-se dispositivos e estratégias no interior e no exterior da escola para que se apague determinados temas e conteúdos, bem como sujeitos são marginalizados e silenciados, de forma que os silêncios produzam conhecimentos, ensinando o que se pode e o que não se pode falar (GAVA, 2019; XAVIER, 2020).

Concomitante a estes dispositivos também se verifica a criação de verdades (ou de uma verdade) em função de relações de poder, de forma a apoiar as demandas de uma parcela conservadora e moralista, bem como a criação de um pseudoconceito para que uma estrutura disciplinar escolar seja mantida.

2.1. A criação de uma verdade em função das relações de poder

Antes de identificar a primeira questão, faz-se necessário compreender o conceito de verdade. Para Foucault (2006), não existe uma única e intemporal verdade, mas há um conjunto de mecanismos que compõe verdades a partir de enunciados e discursos, considerados verdadeiros.

As verdades, assim, são instituídas nas sociedades a partir de seus períodos históricos e regimes, como aponta Foucault:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2006, p. 12).

Para que a invenção do “kit gay” se transformasse em verdade, diversos enunciados foram ditos e reforçados nas falas de políticos, como nos exemplos:

- Discurso de Jair Messias Bolsonaro acerca do projeto Escola sem Homofobia na Câmara dos Deputados: *“Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos, da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade”* (BRASIL, 2010, sp);

- Discurso de Anthony Garotinho na Câmara dos Deputados acerca do “kit gay”: *“Não concordamos, principalmente, com o uso indevido do dinheiro público para a promoção de prática sexual diferente daquela praticada pela maioria da população”* (BRASIL, 2011b, sp);

- Discurso de Marco Feliciano acerca do “kit gay na Câmara dos Deputados”: *“[...] esse kit chamado Projeto Escola sem Homofobia, por ser material muito sexualizado e impróprio, que expõe as crianças a uma sexualidade precoce e causa sérios problemas ao desenvolvimento psicossocial”* (BRASIL, 2011c, sp);

Os exemplos citados acima não são solitários, mas estão incluídos em um discurso coletivo, uma vez que para Foucault (2008a, p.112), “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências”.

Desta forma, os enunciados se unem em discursos uníssonos apresentando a ideia de que haveria um “kit gay” perigoso e doutrinador, instituindo uma verdade para que não se fuja do controle dos corpos, da sexualidade e da heteronormatividade (FOUCAULT, 2022).

A alcunha “kit gay” é reflexo do temor e de pautas baseadas em dogmas teológicos e morais por uma parcela da sociedade, conservadora (CASADO, 2020). Assim, cria-se uma verdade e transforma-se um projeto de cunho educativo e crítico, o Escola sem Homofobia, em um material de apologia ao sexo e ao “homossexualismo”: o “kit gay”.

Este temor pode estar relacionado a um dos papéis da sexualidade na sociedade a partir da modernidade: o de reprodução ou continuação das famílias. Assim, a sexualidade que não esteja ligada ao gerar uma vida não deve existir, deve ser negada e expulsa (FOUCAULT, 2022).

Casado (2020) aponta o movimento em torno da criação do apelido “kit gay” e toda a polêmica acerca do projeto Escola sem Homofobia como indícios da construção de um pânico moral que atacou movimentos LGBTQIAP+ em nome da “proteção” e “cuidado” às crianças que com o kit anti-homofobia teriam acesso a conteúdos de cunho sexual:

Dessa preocupação se exprime uma carga de hostilidade a qualquer ator que esteja envolvido no projeto escola sem homofobia ou apoie tal projeto, pois apenas pervertidos apoiariam tal atitude. A desproporcionalidade se expressa pelo simples fato de que nenhum dos materiais categorizados como parte do “kit-gay” continha conteúdos que envolvessem pedofilia ou propriamente divulgassem alguma prática sexual. (CASADO, 2020, p. 25).

A invenção tanto do “kit gay” quanto da “ideologia de gênero” é uma estratégia que se alinha às verdades dos setores conservadores, uma vez que estes:

foram capazes de gestar outras formas de discursos pautados no pânico moral e que pudessem criar elementos que fossem capazes de romper as referências dos direitos humanos, em especial os direitos sexuais e reprodutivos, a partir do questionamento do gênero como um conceito e a retomada de valores religiosos tradicionais em detrimento de valores democráticos. (GAVA, 2019, p4.)

Esta estratégia se faz a partir de discursos que são produzidos em função de relações de poder, segundo Foucault (2006, p.8) o poder “[...] permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social”.

Mas de que forma os discursos e relações de poder, neste caso, são utilizados? Foucault (1995) apresenta o funcionamento das relações de poder pela violência, pelo uso de consentimento ou por ambos. O cancelamento do Escola sem Homofobia foi alcançado por consentimentos de políticos e da sociedade.

Sendo a heteronormatividade uma forma de exercício do poder, se consente a noção binária feminino/masculino como referência a partir de práticas reguladoras que, como aponta Butler (2003, p.54), são repetições uniformes “de uma economia masculinista da identidade”.

Logo, todos os discursos apontaram para um projeto que afetaria a sociedade a partir da sua normatização de identidade e gênero, masculinizada. A criação do “kit gay” se entrelaça a outras verdades conservadoras que começam a ganhar contornos de uma verdade como a criação de uma “ideologia de gênero” e a relação entre família, igreja e pátria.

Pautados numa possível base teológica, a parcela da população que se diz contra a identidade de gênero clama em nome da bíblia e dos dogmas religiosos; declara que moral e família são instituições divinas, que há papéis desenhados para “o homem e pai de família” e para a “mulher e rainha do lar”. Além disso, interpreta toda pauta democrática de gênero como ideologia de gênero (APPLE, 2003; FURLANI, 2008).

2. A marginalização de sujeitos

A segunda questão levantada se refere às estratégias de marginalização de sujeitos que não seguem as regras heteronormativas. Esta questão está relacionada à primeira questão abordada, uma vez que reforça uma verdade e as relações de poder atreladas a ela.

Ao apelidar o Escola sem Homofobia de “kit gay” o termo “gay” é tido como algo negativo. Neste sentido, todos aqueles que fogem do padrão binário homem/masculino e mulher/feminino são vistos como anormais. Esta compreensão está ligada a um movimento iniciado nos séculos XVIII e XIX de identificar a monogamia heterossexual como regra social (FOUCAULT, 2022).

O heterossexual é considerado, assim, não apenas positivo, mas, original, padrão:

A replicação de construtos heterossexuais em estruturas não heterossexuais salienta o status cabalmente construído do assim chamado heterossexual original. Assim, o gay é para o hetero não o que uma cópia é para o original, mas, em vez disso, é o que uma cópia é para uma cópia. [...] Em outras palavras, a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. (BUTLER, 2003, p.57).

A marginalização de corpos e sujeitos faz parte do que Foucault (2022) designa de Biopoder. Castro (2009) explica que o conceito de Biopoder para Foucault está relacionado ao poder sobre a vida e sobre a morte, ou seja, do direito de escolher quem vive e quem morre.

O biopoder também está associado à administração e sujeição dos corpos e controle das populações pela gestão calculista da vida (FOUCAULT, 2022). Assim, uma afirmação como a do deputado Anthony Garotinho: “Não concordamos, principalmente, com o uso indevido do dinheiro público para a promoção de prática sexual diferente daquela praticada pela maioria da população” (BRASIL, 2011b, sp), reforça que todos os corpos devem se sujeitar a uma norma heteronormativa e aqueles que não se sujeitam, fogem do controle e devem ser “retirados” da sociedade, ou como aponta Butler (2003) não podem existir.

Do mesmo modo, ao atacar o projeto Escola sem Homofobia e instaurar um pânico moral, instaura-se junto o medo da degeneração, como apontado por Foucault (2008b, p.91): “Vejam tudo o que acontece também em torno da sexualidade e do medo da degeneração: degeneração do indivíduo, da família, da raça, da espécie humana. Enfim, por toda parte vocês veem esse incentivo ao medo do perigo [...]”.

As investidas contra o ensino de diversidade de gênero causam mais perdas do que ganhos. Pessoas LGBTQIAP+ são as primeiras a perderem. De acordo Nascimento e Alves (2020), mesmo o direito básico à vida e à constituição familiar é negado à comunidade LGBTQIAP+.

Grupos minoritários são ainda, segundo as autoras, excluídos da liberdade de identidade. Sujeitos LGBTQIAP+ se tornam não apenas não úteis à sociedade, como um perigo e um motivo de incômodo. Na distribuição das “possibilidades de vida” do biopoder, são eles que perdem primeiro:

Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. [...] a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos cujas funções são sobretudo reguladoras (FOUCAULT, 2022, p. 155, 156).

As muitas maneiras de não abordar (algumas) sexualidades toca aqueles que não se identificam com o padrão heteronormativo. Sodré (2012) indica que o ser humano necessita do pertencimento, do fazer parte de um grupo para se reconhecer enquanto pessoa e que a nossa individualiza o depende da rela o de pertencimento a um grupo. Todo sujeito precisa se sentir pertencido e a exclusão e silenciamento das pessoas não heteronormativas pode representar o impedimento destas pessoas a pertencerem e a se sentirem pertencidas.

De acordo com a Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016 (ABGLT, 2016), 60% dos estudantes entrevistados se sentem inseguros na sua institui o educacional por causa de sua orienta o sexual. Entre os entrevistados, mais de 70% já ouviu comentários homofóbicos ou lesbof bicos na escola e 40% ouviram comentários preconceituosos vindos de professores ou funcionários da escola. As agressões, sejam elas verbais ou físicas, influenciam diretamente no desempenho escolar e no sentimento de pertencimento   institui o de ensino, ao menos 20% estudantes que vivenciaram discrimina o severa por sua orienta o sexual ou identidade de gênero não se sentiam pertencentes   institui o escolar e intencionavam parar de estudar.

Entre os entrevistados da Pesquisa Nacional por Amostra da Popula o LGBTQIAP+ (TODXS, 2020), 67,2% afirmaram que esconderam sua identidade de gênero e/ou orienta o sexual durante o ensino médio, ainda de acordo com a pesquisa, este posicionamento pode estar associado ao medo do bullying pelos colegas e professores.

Uma vez que a sexualidade é um dispositivo ligado ao biopoder para disciplinar e controlar sujeitos e corpos e a escola é uma instituição disciplinar (FOUCAULT, 2014, 2022), encontramos uma relação intrínseca entre sexualidade e educação que pode, como os dados anteriores comprovam, interferir no desempenho escolar, na evasão, na diminuição do rendimento escolar e até em questões emocionais e psíquicas daqueles estudantes marginalizados por sua identidade de gênero ou orientação sexual.

3. A invenção do “kit-gay” na tentativa de barrar um tema indesejado

A terceira questão é a invenção de um pseudoconceito para barrar a entrada oficial de um tema incômodo – a sexualidade – nas escolas, auxiliando uma estrutura disciplinar historicamente constituída.

A escola se mostra como um local de vigilância virtual. As crianças devem ser vigiadas não pelo que o que fazem, mas pelo o que são (FOUCAULT, 2002; 2014), inclusive em sua sexualidade. Neste sentido, um projeto, como o Escola sem Homofobia, que assume uma multiplicidade de gêneros e sexualidades, descumpriria o papel histórico da escola como uma estrutura disciplinar e de ordem (FOUCAULT, 2014).

A “polícia do sexo” como cita Foucault (2022) se faz presente em todos ou quase todos os setores da sociedade, inclusive, na escola. Assim, como já abordado anteriormente neste artigo, há uma constante vigilância do que foge do padrão heteronormativo e isto também se aplica aos conteúdos curriculares e às metodologias educacionais.

Ao apelidar o Escola sem Homofobia, ou kit anti-homofobia, em “kit gay”, inventa-se um pseudoconceito que deixa de ser o projeto original (CASADO, 2020).

De acordo com o caderno que compõe o kit anti-homofobia, o Projeto tinha como principal meta “contribuir para o reconhecimento da diversidade de valores morais, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira, heterogênea e comprometida com os direitos

humanos e a formação de uma cidadania que inclua de fato os direitos das pessoas LGBT” (BRASIL, 2008, p.9).

Neste caderno o educador tinha acesso a extenso material para reflexão, debate e práticas em sala de aula em que se abordava a diversidade e o respeito. Práticas sexuais não eram mencionadas, pelo contrário, o trabalho era proposto de forma a proporcionar novas perspectivas de formação e compreensão social (BERGAMASCHI, 2018).

Todavia, o que foi apresentado e defendido pela bancada conservadora e religiosa na câmara dos deputados foi:

[...] o Ministério da Educação e Cultura - MEC classificou, Deputado Romário, como sem censura o kit gay. Ou seja, quando coloco no meu panfleto que o kit é para a garotada de 6 ou 8 anos, que vai se transformar em homossexual nas escolas, estou errado. Na realidade, são indicados para crianças a partir dos 4 anos de idade os filmetes pornográficos e o material dito didático para combater a homofobia, que, na verdade, repito, estimulam o homossexualismo e escancaram as portas para a pedofilia. (BRASIL, 2011a, sp.)

O bem e a boa política não bastarão para a sobrevivência da ética e da moral judaico-cristã, a nossa causa exige reação e combate permanentes à insurgência do mal onde ele surgir. O mal tem se manifestado em diversos formatos como PNDH3, PL-122, kit gay, ideologia de gênero, Lei da Palmada, liberação do aborto, pílula do dia seguinte, casamento gay, negação da heteronormatividade, para citar alguns dos mais conhecidos. Enfim, a nossa causa será reconstruir com urgência os alicerces históricos e culturais da nação, eliminando todo o lixo aético e amoral introduzido no seio da sociedade brasileira. (BRASIL, 2017, sp.)

Estas e outras falas intencionam patologizar condutas, repreender sexualidades, controlar e adoçar corpos. Elas são técnicas minuciosas de poder para disciplinar e fabricar corpos funcionais (FOUCAULT, 2014).

Desta forma, a tentativa é a manutenção da disciplina escolar, uma disciplina que, conforme aponta Foucault (2014) se alinha à uma “mecânica do poder” que

Define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidades) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo;

faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita”. (FOUCAULT, 2014, p.135, 136)

A funcionalidade dos corpos dos estudantes – futuros trabalhadores – é, portanto, também a submissão e o controle da sexualidade, do tempo e das virtualidades destes corpos.

Mas, Goettems et al (2017) trazem uma importante reflexão: o que teria acontecido se o Projeto Escola sem Homofobia não tivesse sido vetado? Os autores respondem: “Talvez fosse engavetado, já que o tema da sexualidade pode não ser presença efetiva nos estudos escolares, como também, parece não compor parte dos currículos de formação inicial dos professores” (GOETTEMS ET AL, 2017, p11).

Neste sentido, o que se percebe é que não se trata apenas da invenção de conceitos ou pseudoconceitos como “ideologia de gênero” ou “kit gay”, mas da criação de verdades que reforçam que a heteronormatividade é e deve ser seguida como norma, principalmente nos espaços escolares e marginaliza sujeitos que não seguem este padrão, mesmo aqueles que ainda são crianças e adolescentes.

4. Silenciamentos

A quarta questão trata do silenciamento dos sujeitos, dos conteúdos e das temáticas, de forma que o Escola sem Homofobia fosse transformado em “kit gay”.

O silêncio não é o contrário do discurso, mas anda ao seu lado. Ambos podem ser utilizados em diferentes práticas, estratégias e jogos de poder. Foucault (2022) aponta que tanto discurso quanto silêncio podem pender tanto para a produção e manutenção de poder, quanto para seu enfraquecimento:

O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (FOUCAULT, 2022, p.110).

No silenciamento se retira a fala, o posicionamento, os ideais, mas também é possível evidenciá-los, compreendendo os posicionamentos e enunciados. O silêncio está oculto nas entrelinhas dos discursos e práticas, ele exhibe as minorias que são segregadas, as pautas escondidas, os conteúdos renegados.

Ao refletirmos sobre as relações de gênero e ensino sobre diversidade, verificamos que o que se silencia não é o gênero em si, pois como argumentam Boaretto e Eugenio (2016), as relações de gênero estão presentes desde a gestação do bebê, nas cores escolhidas para o enxoval, nas escolhas feitas para a criança e, depois, nas diferenças e imposições feitas entre meninos e meninas, nas brincadeiras permitidas ou não, na intervenção das escolhas para o masculino e o feminino.

Da mesma forma, não é a sexualidade um tema proibido ou silenciado, uma vez que Foucault (2022) explica que desde o século XIX há uma explosão de discursos acerca da sexualidade.

Mas, então, o que é silenciado quando falamos de diversidade sexual e de gênero? Foucault (2022) também explica que a partir da modernidade novas regras passam a valer, regras de decência que filtraram palavras, controlaram enunciados, definiram quando, onde e como se falaria de sexualidade, desta forma, “estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais [...]” (FOUCAULT, 2022, p.20).

Verificamos que o que se silencia são as pluralidades e as sexualidades que fogem do padrão binário cisgênero: homem/mulher. Louro (1997) reflete como es homossexuais são ocultados e negados a partir do silenciamento: não se fala sobre o assunto para excluir sujeitos ou evitar que estudantes ditos normais não tenham contato com eles, o mesmo ocorre a todos que não se encaixam no padrão heteronormativo. Se procura uma garantia da norma, dos valores e dos comportamentos “adequados”.

Mas não apenas os sujeitos que são silenciados, os currículos também são. A criação e decisão de conteúdos curriculares é, antes de mais nada, escolhas do que será dito *versus* o que será silenciado. Furlani (2008) reflete sobre o papel do currículo escolar e como ele está relacionado à construção das identidades culturais, também no tocante às representações de gênero, do “ser masculino” e do “ser feminino”.

Novamente retomamos Foucault (2022) para salientar que a questão central não está em se falar ou não se falar sobre sexo e sexualidade, uma vez que os discursos acerca destes assuntos são muitos e são públicos, entretanto, estes mesmos discursos caminham para uma via unidirecional e envolvida pelas relações de poder, fala-se sobre o sexo biológico, sobre a sexualidade na lógica do binarismo e a partir de demarcações de lícito ou ilícito e condenável ou tolerável, incluindo o que está posto nos currículos.

O dito e o não dito, o aceitável e o não aceitável vão, assim, permeando as relações e, na escola, as aprendizagens. O silêncio acaba por acompanhar a pluralidade e a liberdade:

E desapareceram progressivamente os risos estrepitosos que, durante tanto tempo, tinham acompanhados a sexualidade das crianças e, ao que parece, em todas as classes sociais. Mas isso não significa um puro e simples silenciar. Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos. O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discrição exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa, mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos. (FOUCAULT, 2022, p.30).

A deturpação do projeto Escola sem Homofobia como “kit gay” é retomado dentro e fora das escolas como algo mau, que desenvolveria entre crianças e adolescentes tendências homossexuais, permissividade sexual, promiscuidade e práticas sexuais não naturais, como pedofilia e zoofilia (CASTRO, 2017).

Consequências disso são ataques a quem discute sobre diversidade, gênero e educação sexual nas escolas e nas universidades. Outra consequência é o silenciamento, ou tentativa de silenciar esses debates, o que gera o silenciamento não só do debate, como também dos sujeitos.

Algumas considerações

Ao analisar o projeto Escola sem Homofobia a partir de questões abordadas pelo filósofo Michel Foucault compreende-se que a invenção do “kit gay” não foi algo isolado, nem foi um apelido dado sem desinteresse, apenas por deboche, antes, foi algo pensado e estruturado de forma a reforçar padrões morais e políticos conservadores.

Cada uma das quatro questões levantadas não está sozinha, mas elas estão intrinsecamente relacionadas e apontam para um medo ou pânico de desestruturar a normativa heterossexual social.

Desta forma, cada uma das questões se associa as outras, pois criar verdades (ou uma verdade) para apoiar a demanda conservadora, neste caso, se faz a partir da invenção de um pseuconceito – o “kit gay” de forma a barrá-lo e barrar as discussões sobre ele na escola e fora dela, de tal forma que não apenas se silencie sujeitos e temáticas, mas se marginalize esses sujeitos, os quais se mostram como desviantes do padrão cisgênero.

A escola e seu currículo se tornam campo de batalha política e ideológica, sendo os estudantes, crianças e adolescentes, o principal alvo das estratégias e discursos. Retomando Foucault (2002), é a vida dos sujeitos escolares o principal objeto desta batalha.

Neste sentido, o projeto Escola sem Homofobia se preocupava, antes de tudo, com o direito de viver e conviver da comunidade LGBTQIAP+. Este direito foi de certa forma retirado com o veto ao projeto e com a invenção de um “kit gay”.

Neste sentido, o projeto Escola sem Homofobia se preocupava, antes de tudo, com o direito de viver e conviver da comunidade LGBTQIAP+ e foi este direito retirado ao inventarem o “kit gay”. Do mesmo, é por este direito que esta pesquisa surge: “O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’, acima de todas as opressões e ‘alienações’, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser [...] (FOUCAULT, 2022, p.157).

O silenciamento do Escola sem Homofobia se mostra como um discurso, afinal, os silêncios também fazem parte dos discursos. Do mesmo modo, a invenção de “kit gay” se apresenta como uma criação de verdades. Ambos, silenciamento e invenção, são mecanismos de propósitos iguais: o controle dos corpos, a marginalização do que é visto como desviante, a manutenção de uma moral.

O silêncio pode falar de muitas formas, ele caminha lado a lado com nossos discursos. Aliás, por vezes, ele fala mais do que nossas palavras. O silêncio é, também, uma forma de demonstrar o poder. De retirar a fala, o posicionamento, as ideias das minorias. Silenciar é estratégia política, é tática social. Ao silenciar, ao não deixar dizer, ao proibir discursos ou escolher quais serão os discursos promovidos em sala de aula, na escola, enfim, na sociedade, segregamos as minorias, diferenciamos temas “próprios” de “impróprios”, excluímos sujeitos, controlamos minorias.

Desta forma, é necessário dar voz aos silêncios, escancarar os discursos, as estratégias, identificar pseudoconceitos. Para além disso, falar sobre os silêncios aqui apontados e voltar com o projeto Escola sem Homofobia – ou outro projeto que aborda os conteúdos acerca de gênero e sexualidade - em um governo que possibilite o debate, faz-se necessário para que possamos pensar pela e com a diversidade.

Referências

APPLE, Michael Whitman. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

ARRUDA, Bruna Boldo. A promoção da igualdade de gênero nos documentos curriculares para a educação infantil. In: **Gênero, sexualidade e educação**. 40ª Reunião Nacional da ANPEd. Belém do Pará, 2021. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?page=22>. Acesso em: 05 mai 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BERGAMASCHI, Igor Felipe. **A atuação do estado no combate à LGBTfobia no ambiente escolar**. Dissertação de Mestrado. Projeto de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) em Direitos Fundamentais e Democracia, Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil. Curitiba, 2018.

BOARETTO, Giulia; EUGENIO, Benedito. No interior da sala de aula: as relações de gênero nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Interfaces Científicas - Educação**, V.4, N.3, p. 139 – 150. Aracaju: 2016.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Caderno Escola sem Homofobia**. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGEExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggyfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 05 mai 2023.

BRASIL. Câmara dos deputados – DETAQ. **Sessão: 208.4.53.0**. Orador Jair Bolsonaro. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.0&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%20A1ria%20%20CD&dtHoraQuarto=14:56&txEtapa=>. Acesso em: 05 mai 2023.

BRASIL. Câmara dos deputados – DETAQ. **Sessão: 096.1.54.0**. Orador Jair Bolsonaro. 2011a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=096.1.54.0&nuQuarto=10&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:18&sgFaseSessao=BC&Data=05/05/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ>. Acesso em: 05 mai 2023.

BRASIL. Câmara dos deputados – DETAQ. **Sessão: 129.1.54.0**. Orador Anthony Garotinho. 2011b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=129.1.54.0&nuQuarto=76&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:45&sgFaseSessao=CP%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=26/05/2011&txApelido=ANTHONY%20GAROTINHO&txFaseSessao=Comunica%20A7%20B5es%20Parlamentares>

%20%20%20%20&dtHoraQuarto=17:45&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final. Acesso em: 05 mai 2023.

BRASIL. Câmara dos deputados – DETAQ. **Sessão: 227.1.54.0.** Orador Pastor Marco Felciano. 2011c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.1.54.0&nuQuarto=18&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:34&sgFaseSessao=BC&Data=31/08/2011&txApelido=PASTOR%20MARCO%20FELICIANO,%20PSC-SP&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:34&txEtapa=>. Acesso em: 05 mai 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3235 de 7 de outubro de 2015.** Acrescenta o art. 234-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2016875>. Acesso em: 05 mai 2023.

BRASIL. Câmara dos deputados – DETAQ. **Sessão: 051.3.55.0.** Arolde de Oliveira. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=051.3.55.0&nuQuarto=81&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:48&sgFaseSessao=BC&Data=29/03/2017>. Acesso em: 05 mai 2023.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Projeto de Lei nº 4520 de 16 de dezembro de 2021.** Criminaliza a conduta de quem ministra conteúdo nas dependências dos estabelecimentos de ensino relacionado a ideologia de gênero e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2181575>. Acesso em: 05 mai 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASADO, Laís Campos. **Pânico moral e seus profetas: A moralização do projeto “Escola Sem Homofobia” nas eleições presidenciais de 2018.** Dissertação de mestrado. Projeto de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Roney Polato. Pedagogias religiosas no combate à “ideologia de gênero”: efeitos de saber-poder-verdade. In: **Gênero, sexualidade e educação.** 38ª Reunião Nacional da ANPEd. São Luís do Maranhão, 2017. Disponível em: http://anais.ANPEd.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38ANPEd_2017_GT23_995.pdf. Acesso em: 05 mai 2023.

FALEIROS, Juliana Leme. “Escola sem Homofobia”: uma leitura do projeto de combate à discriminação sexual. In **Políticas Públicas no Brasil: Trajetórias, conquistas e desafios**. Smanio, Gianpaolo Poggio et al. p. 99 – 114. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In DREYFUS, H.L. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22 ed. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica** – curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fonte, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FURLANI, Jimena. Gênero e Sexualidade nos materiais didáticos e paradidáticos: Representações de gênero e sexualidade em livros didáticos e paradidáticos. In: **Educação para a Igualdade de Gênero**. Salto para o Futuro, Brasília, ano XVIII, boletim 26, p. 39-46, nov. 2008.

GAVA, Taís C.M. A chegada do discurso “ideologia de Gênero” no contexto educacional brasileiro. In: **Gênero, sexualidade e educação**. 39ª Reunião Nacional da ANPEd. Niterói, 2019. Disponível em: http://anais.ANPEd.org.br/sites/default/files/arquivos_9. Acesso em: 05 mai 2023.

GOETTEMS, Lisiane; SCHWENGBER, Maria Simone Vione.; WISNIEWSKI, Rudião Rafael. As diversidades sexuais na escola: (in)junções discursivas entre a religião e o estado laico. In: **Gênero, sexualidade e educação**. 38ª Reunião Nacional da ANPEd. São Luís do Maranhão, 2017. Disponível em: http://anais.ANPEd.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38ANPEd_2017_GT23_656.pdf. Acesso em: 05 mai 2023.

LOURO, Guacira Lopes **Gênero, sexualidade e educação** - Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Revista Psicologia Política. vol. 18. nº 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves. Dez noções subsunçoras à ideologia de gênero no discurso midiático-pedagógico: uma autoetnografia. In: **Gênero, sexualidade e educação**.

39ª Reunião Nacional da ANPED. Niterói, 2019. Disponível em: <http://anais.ANPEd.org.br/sites/default/files/arquivos_21_11> Acesso em 26 set. 2023.

MARACCI, João Gabriel. **Reflexões sobre verdade e política:** mapeando controvérsias do kit gay. Dissertação de Mestrado. Projeto de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017. p. 725 – 747.

MONTAGNOLI, Renata Lewandowski; VIZZOTTO, Liane. (Não) vamos falar sobre diversidade: o silenciamento na formação de docentes no século XXI. **Revista Communitas** V5, N9, Jan.-Mar./2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/4674/139>. Acesso em: 05 mai 2023.

MONTEIRO, Marcos Vinicius Pereira. O ataque à discussão de gênero na escola, construção identitária e a importância da liberdade docente. In: **Gênero, sexualidade e educação.** 38ª Reunião Nacional da ANPED. São Luís do Maranhão, 2017. Disponível em: http://anais.ANPEd.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38ANPEd_2017_GT23_269.pdf. Acesso em: 05 mai 2023.

NASCIMENTO, Arthur Ramos do.; ALVES, Fernando de Brito. Vulnerabilidade de grupos minoritários entre cenários de crise e proteção de direitos. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 36, n. 2: 363-388, jul./dez. 2020.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação:** diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TODXS. **Pesquisa nacional por amostra da população LGBTQIAP+** - identidade e perfil sociodemográfico. 2020. Disponível em: <https://www.todxs.org/biblioteca>. Acesso em: 05 mai 2023.

XAVIER, Antonio Jeferson. “Vocês são livres, mas eu lhes anuncio que deus condena”: pertencimento religioso e questões de gênero e sexualidade na escola. In: **Gênero, sexualidade e educação.** 40ª Reunião Nacional da ANPED. Belém do Pará, 2021. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_26> Acesso em: 05 mai 2023.

Recebido: 15.05.2023
Aprovado: 30.06.2023